

**NOTA TÉCNICA ADAPAR_GSA 02/2022
IAAP**

Assunto: Situação da influenza aviária de alta patogenicidade na América do Sul.

Medidas adotadas pela ADAPAR.

Data: 09 de dezembro de 2022

1- OCORRÊNCIA:

É importante reforçar que o Brasil é livre de Influenza Aviária. Nunca houve, e não há o registro da doença aqui. Entretanto, há um quadro sensível de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade no território sul-americano, desencadeado desde o fim de outubro.

Número crescente de surtos de influenza aviária de alta patogenicidade têm sido registrados em diferentes partes do mundo, culminando com o maior e mais letal ciclo de influenza aviária da história. Além da mortalidade massiva de aves marinhas e outras aves aquáticas, além de aves de rapina, há relatos de infecções em mamíferos selvagens, como raposas, lontras e focas. Embora os surtos atuais contemplem baixo número de infecções humanas, todas as cepas de H5N1 apresentam riscos zoonóticos.

Até o final de novembro de 2022, foram registrados focos de influenza aviária de alta patogenicidade - IAAP em aves silvestres e domésticas de subsistência em países próximos ao Brasil como o Peru, a Colômbia e a Venezuela, Equador e Peru, sendo que nesses dois últimos houve registro da doença em aves de criação industrial. O Chile também notificou foco de IAAP em aves silvestres.

Considerando o impacto potencial da doença para a avicultura nacional, a segurança alimentar e a saúde pública e, ressaltando as perdas diretas e indiretas para a cadeia produtiva, é necessário o fortalecimento da biossegurança, a fim de

mitigar riscos de ingresso e disseminação da influenza aviária de alta patogenicidade no País.

2- AGENTE E ESPÉCIES SUSCETÍVEIS:

A Influenza Aviária (IA) é uma doença viral altamente contagiosa que afeta aves domésticas e silvestres, muitas vezes resultando em graves consequências para a saúde animal, para a economia e para o meio ambiente. A influenza aviária de alta patogenicidade é considerada exótica no Brasil, ou seja, nunca foi detectada no território nacional.

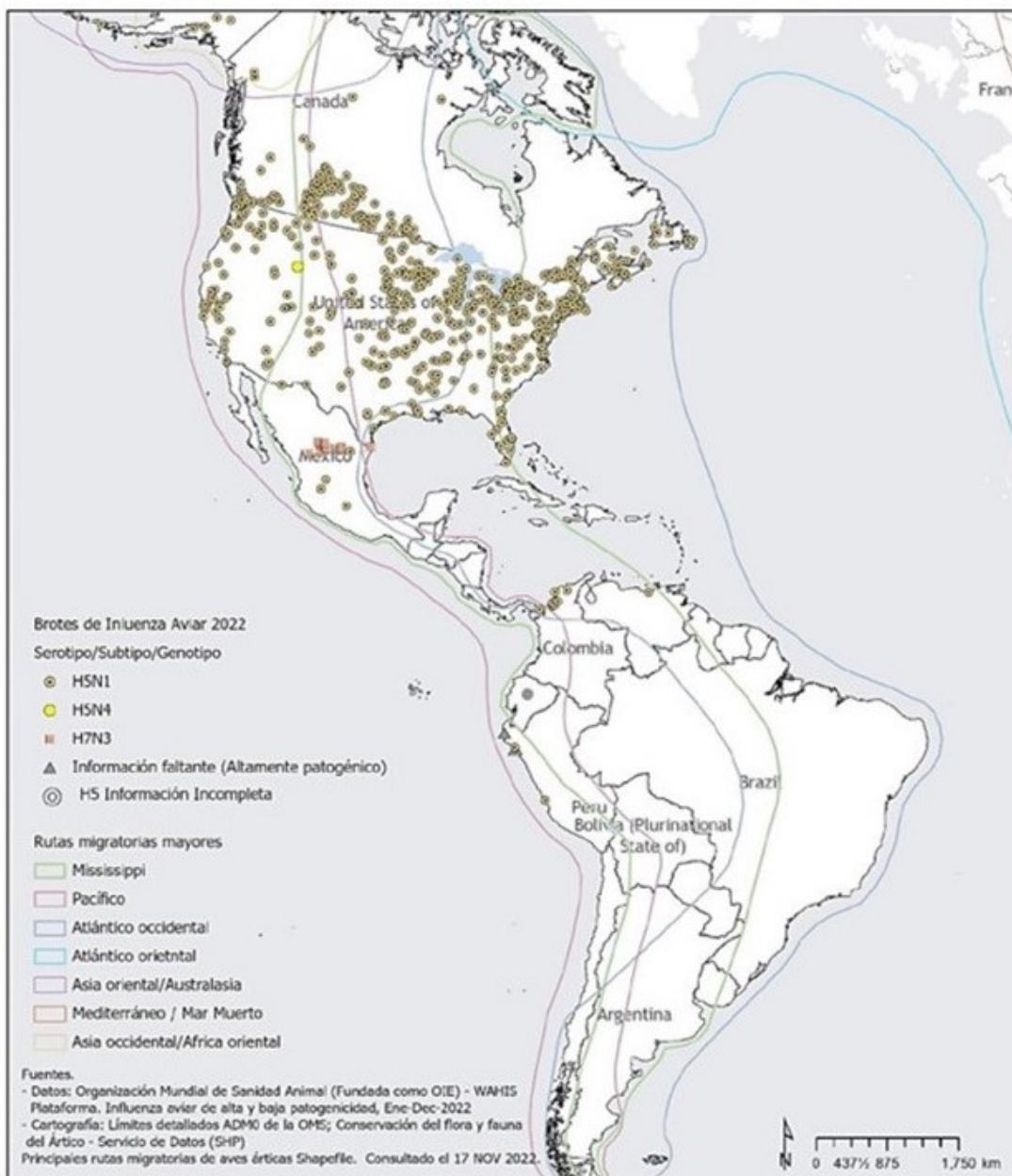
Essa doença complexa é causada por vírus divididos em múltiplos subtipos (H5N1, H5N3, H5N8, etc.), cujas características genéticas evoluem com grande rapidez. Em geral, as múltiplas cepas do vírus da influenza aviária podem ser classificadas em duas categorias em função da gravidade da doença nas aves domésticas: influenza aviária de baixa patogenicidade (IABP) que, tipicamente, causa poucos ou nenhum sinal clínico e influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP), que pode causar sinais clínicos graves e altos índices de mortalidade.

3- SINAIS CLÍNICOS E TRANSMISSÃO:

A influenza aviária de alta patogenicidade é caracterizada principalmente pela alta mortalidade de aves que pode ser acompanhada por sinais clínicos, tais como andar cambaleante; torcicolo; dificuldade respiratória e diarreia.

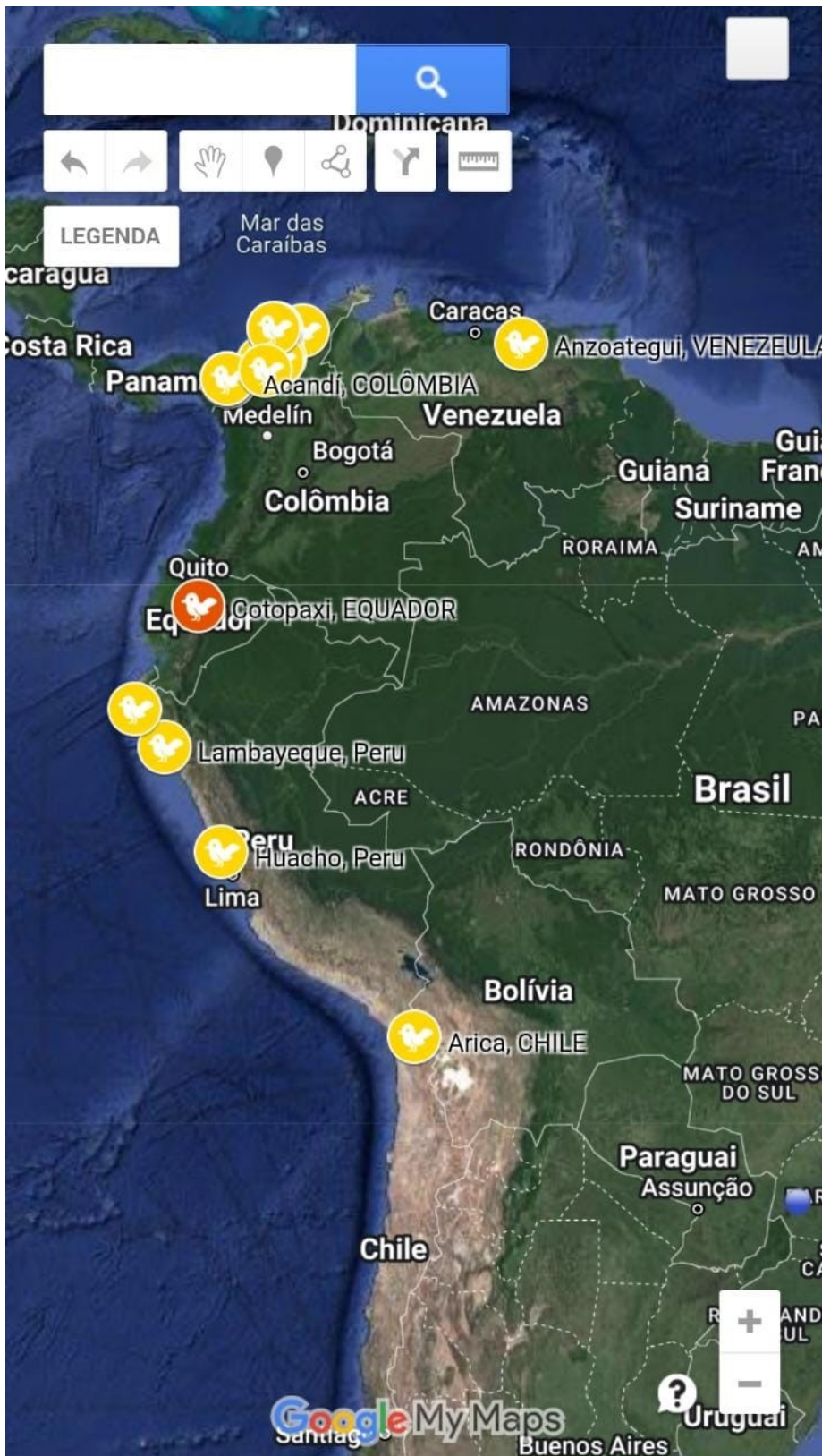
O Vírus da IA possui transmissão horizontal de ave para ave, diretamente a partir de secreções do sistema respiratório e digestivo e indiretamente por equipamentos, roupas, calçados, insetos, aves e animais silvestres, alimentos e água contaminados.

Figura 1: Surtos (brotes) de influenza aviária e principais rotas de aves migratórias na região das Américas.



Fonte: OPS/OMS - Atualização Epidemiológica, Brotos de Influenza Aviar y las implicaciones para la salud pública en la Región de las Américas, 3 de diciembre de 2022.

Figura 2: Ocorrências da IAAP na América do Sul - 2022



4- EPIDEMIOLOGIA :

Os principais fatores que contribuem para a introdução e transmissão da influenza aviária são: a exposição de aves comerciais, domésticas ou de subsistência à aves silvestres migratórias, infectadas com o vírus da influenza aviária; o intenso fluxo de pessoas e mercadorias ao redor do mundo, que aumenta o risco de disseminação de doenças, vendas de aves vivas em mercados ou feiras, por facilitar o contato próximo entre diferentes espécies de aves e outros animais, incluindo o homem. Esses fatores, além de favorecer a transmissão, aumentam a possibilidade de recombinações genéticas entre diferentes subtipos do vírus da influenza aviária. Não há evidências de que a doença possa ser transmitida às pessoas por meio de alimentos devidamente manipulados e bem cozidos.

A maioria dos casos de introdução do vírus da influenza aviária e da ocorrência de surtos em diversos países está relacionada ao contato de aves silvestres migratórias com aves de subsistência.

A exposição às aves silvestres migratórias infectadas é o principal fator de risco de transmissão da influenza para as aves domésticas, seja de produção comercial ou subsistência. Aves silvestres migratórias atuam como hospedeiro natural e reservatório dos vírus da influenza aviária, desempenhando um papel importante na evolução, manutenção e disseminação desses vírus.

O período de migração de aves para o Hemisfério Sul, se inicia em novembro, estendendo-se até março ou abril. Nesse período, a vigilância deve ser intensificada, assim como as medidas de biossegurança na produção de aves.

A intensificação das ações de vigilância segue as estratégias delineadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que incluem, por exemplo, a coleta de amostras de aves de subsistência criadas em locais de circulação de aves migratórias.

A exposição às aves silvestres migratórias infectadas é o principal fator de risco de transmissão da influenza para as aves domésticas, seja de produção comercial ou subsistência. Aves silvestres migratórias atuam como hospedeiro natural e reservatório dos vírus da influenza aviária, desempenhando um papel importante na evolução, manutenção e disseminação desses vírus. Essas aves podem apresentar

infecção sem adoecer ou, muitas vezes, se recuperam e continuam infectantes, o que lhes permite transportar o vírus a longas distâncias, ao longo das rotas de migração (Figura 1). As principais espécies de aves silvestres envolvidas são, geralmente, aquáticas migratórias marinhas, principalmente das ordens Anseriformes e Charadriiformes. Muitas são as causas de doença ou mortalidade das aves selvagens e migratórias, por isso, é importante que mortalidades anormais sejam notificadas às autoridades veterinárias e ambientais, para avaliação, objetivando ou descartar caso de influenza aviária.

PAÍS	FOCOS EM AVES SILVESTRES	FOCOS EM AVES DOMÉSTICAS	FOCOS MISTOS	TOTAL FOCOS
Colômbia	3	15	3	18
Equador		1		1
Peru	1	1		2
Venezuela	1			1
TOTAL FOCOS				22
Fonte: OIE				

5- PREVENÇÃO:

A primeira linha de defesa contra a influenza aviária é a detecção precoce e a notificação oportuna de suspeita da doença para permitir uma resposta rápida, a fim de evitar a disseminação da doença.

Os produtores de aves devem reforçar as medidas de biossegurança das granjas, especialmente aquelas que visem evitar o contato de aves silvestres e de pessoas alheias ao sistema produtivo com as aves de produção.

Orientações aos produtores:

- I. Não receber nas propriedades e, especialmente nas granjas, pessoas não vinculadas ao sistema produtivo, exceto o Serviço Veterinário Oficial do Estado (Adapar). A recomendação é redobrada para pessoas provenientes do exterior, estrangeiros ou brasileiros.

- II. Sempre lave as mãos e troque roupas e sapatos antes de acessar as granjas.
- III. Desinfete todos os veículos que acessem a propriedade! Os veículos, sejam de passeio ou de transporte, podem ser vetores da doença.
- IV. Se viajar para o exterior, ao voltar, lave todas as roupas e sapatos.
- V. Evite o contato dos animais das granjas com outras aves, especialmente aves silvestres. Verifiquem as telas dos aviários. Devem estar íntegras e impedindo a entrada de outros animais dentro dos aviários.
- VI. Evite contato com aves silvestres de qualquer origem.

6- CRITÉRIO DE NOTIFICAÇÃO:

Todas as suspeitas de ocorrência de influenza aviária devem ser notificadas imediatamente para Adapar

A notificação de uma suspeita de influenza aviária de alta patogenicidade em aves silvestres, de subsistência e de produção pode ser realizada por qualquer cidadão, que tenha o conhecimento de suspeitas de influenza aviária, presencialmente ou por telefone em qualquer Unidade Local da Adapar, ou, diretamente, por meio da plataforma e-Sisbravet, por meio do link <https://sistemasweb4.agricultura.gov.br/sisbravet/manterNotificacao!abrirFormInternet.action>.

A lista com endereços e telefones das Unidades Locais da Adapar podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico:

<https://www.adapar.pr.gov.br/Pagina/Unidades-Regionais-de-Sanidade-Agropecuaria-URS>

7- MEDIDAS QUE ESTÃO SENDO APLICADAS PELA ADAPAR E MAPA:

A Adapar vem realizando vigilância ativa nas propriedades rurais do Estado do Paraná, sejam em estabelecimentos comerciais de produção, reprodução e postura. Além disso, todas as notificações recebidas de suspeitas são atendidas prioritariamente.

A Adapar tem promovido a capacitação e o treinamento de profissionais em todas as Unidades Regionais do Estado, e conta com médicos veterinários com dedicação exclusiva e capacidade técnica elevada na área, para atendimento das questões sanitárias da cadeia avícola do Estado.

O MAPA desenvolveu um plano de contingência para uma eventual introdução da doença no País e mantém vigilância permanente para a doença no Território Nacional, incluindo portos, aeroportos internacionais, correios, postos de fronteira e estações aduaneiras do interior.

Em julho de 2022, foi publicado o novo Plano de Vigilância para Influenza Aviária, contemplando a revisão de diretrizes para o atendimento e identificação de casos suspeitos e para a vigilância permanente da doença, por parte dos serviços veterinários oficiais.

Atenciosamente,

Rafael Gonçalves Dias
Gerente de Saúde Animal

Otamir Cesar Martins
Diretor Presidente